

ARTIGO

O PODER SOCIAL/PARTICIPATIVO NAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBs) EM VISTA À NOVA SOCIEDADE

*Adelina Baldissera**

RESUMO: Ao focar o processo das relações de poder nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica no Brasil, está se tratando, sobretudo, da relação entre a base e a hierarquia da Igreja-Instituição, a qual está inserida numa sociedade de classe. Para a apreensão da raiz de dominação-subordinação que perpassa as relações sociais das CEBs, foi preciso colocar em evidência o que é, no presente, o “novo”, que resulta da ruptura de um modelo de cristandade, que diz respeito a um modo histórico específico de inserção da Igreja na sociedade civil e política, e da transformação das condições de tomada de consciência que conduza para uma prática pastoral mais abrangente e comprometida com as classes subalternas.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade Eclesial de Base; poder da Igreja-Instituição; movimentos sociais de classe; poder social.

INTRODUÇÃO

Apartir da década de 60, os cristãos, engajados na luta política pela transformação das estruturas injustas da sociedade, se mobilizam, na formação de CEBs por se constituírem, por sua natureza, potencial de transformação dentro da Sociedade Civil. Apoiados na “opção preferencial pelos pobres” e na teologia da libertação, as CEBs defendem que os pobres, os oprimidos devem criar e desenvolver suas próprias organizações para a busca da justiça, da libertação, da participação como postulam as conclusões das Conferências Episcopais de Medellin (1968), Puebla (1979) e da sétima reunião ordinária do Conselho Permanente de Doutrina da CNBB (1982).

* Mestre em Serviço Social.

A história das CEBs no Brasil mostra-nos que na raiz de sua formação encontram-se agudas contradições sociais, como geradoras de seu surgimento, que passam pelas condições em que se operam a produção e a reprodução da força de trabalho, pela existência de classes subalternas e tem diretamente a ver com o modo como se ocupou e se ocupa a terra no Brasil.

Disso pode-se observar que as CEBs não se restringem somente ao aspecto espiritual, mas também tocam fundo nos problemas do cotidiano e estão imersas em contradições de natureza social e política. Embora estejam inscritas no bojo da dimensão religiosa, uma vez que vêm sendo organizadas, incentivadas, apoiadas e assessoradas pela Igreja (Hierarquia) têm atuação mais ampla de caráter social e político.

A emergência das CEBs, constituídas de elementos de classes subalternas no interior da Igreja-Instituição, é o resultado da coexistência de práticas pastorais divergentes, reflexo de uma concepção de mundo e de Igreja. Elas não são um fato isolado, desagregado, uma unidade autônoma, mas fazem parte de um conjunto mais amplo e complexo da Igreja. É, de certo modo, um indicativo do caminhar teológico - pastoral e uma expressão de sua “opção preferencial pelos pobres”.

O PODER SOCIAL: DIREÇÃO PARA O NOVO

Ao focar o processo das relações de poder nas CEBs, está se tratando, sobretudo, da relação entre a base e a hierarquia da Igreja-Instituição a qual está inserida numa sociedade de classes.

Ao estudar a raiz de dominação-subordinação que perpassa as relações sociais das CEBs é preciso colocar em evidência o que é, no presente, o “novo”, que resulta da ruptura de um modelo de cristandade, que diz respeito a um modo histórico específico de inserção da Igreja na sociedade civil e política, e da transformação das condições de tomada de consciência que conduza para uma prática pastoral mais abrangente e comprometedora com os empobrecidos.

Ao investigar a emergência do “novo” - CEBs - numa determinada conjuntura política e econômica, é fundamental perguntar se acerca da disposição da estrutura do poder político, econômico, ideológico em um momento historicamente situado de uma formação social.

Entende-se que, ao tratar da questão do poder, se está tratando das relações sociais dentro de um certo modo de produção. A sociedade em que se vive é capitalista, portanto determinada pelo modo de produção desse sistema, quer dizer, uma sociedade de classes perpassada, em todos os seus níveis, instâncias, setores, espaços, pelas relações de dominação-opressão-exploração. Quando se fala em poder, logo se o entende como coisa, pensa-se logo no governo, na Igreja/Instituição/Hierarquia, as autoridades, o sistema, o Estado, etc. O poder pensando assim é tomado como “fetiche”. O poder concentrado no Estado, grupo ou pessoas, portanto, como algo estático, não como processo. O poder não é uma coisa, mas uma relação que se processa no interior das relações das classes sociais, como correlação de forças, que surgem de dentro das próprias contradições objetivas do modo de produção capitalista. Ele nasce e se alimenta de interesses antagônicos da divisão social do trabalho e das relações sociais de produção. Desse modo, o poder é originado nas bases de formação social de uma determinada sociedade, ele se engendra em toda relação social e humana.

Como processo, o poder constitui-se em uma prática social que se manifesta sob múltiplas formas de seu exercício: De cima para baixo; de exploração e opressão; poder concentrado nas mãos de poucos, de controle, coerção, vigilância, decisão, direção e consenso.

Portanto, (Gramsci, 1978) o poder é uma relação de forças que deve ser modificada e não uma instituição a ser tomada.

Assim, enquanto uma “minoridade” da população vai se constituindo em uma classe dominante na medida em que vai adquirindo mais poder sobre os meios de produção, da distribuição de força de trabalho e do usufruto dos bens, aumentando sua capacidade de controle e decisão sobre o trabalho, a saúde, a reprodução da vida humana, a “maioria” da população vai se constituindo em classes subalternas, expropriadas do poder sobre os meios de produção e da distribuição, do trabalho, reduzindo-se a participar apenas com sua força de trabalho, gestando no seu interior suas possibilidades de resistência e confronto.

Dessa maneira, o poder, como processo de correlação de forças, vai se estabelecendo progressiva e conscientemente sobre todas as dimensões da vida coletiva. Isto é, sobre a estrutura e superestrutura da sociedade. À medida que uma classe consegue o acesso aos meios de produção, a distribuição da força de trabalho social disponível e a

distribuição dos bens produzidos da atividade econômica em uma sociedade terá o poder econômico sobre ela.

Nessa mesma medida, terá a classe dominante a necessidade de pôr todas as atividades dessa sociedade: escola, Igreja, meios de comunicação social, etc, em função do domínio.

O poder, portanto, (FOUCAULT.1982) é algo que se exerce, que está diluído, espalhado por toda a estrutura social e está presente nas múltiplas relações sociais na sua dinamicidade e movimento.

O poder não se toma de um “salto”, (GRAMSCI.1978), porque não está centrado em uma só instituição: Estado-Governo, mas está disseminado em “infinidades de trincheiras na sociedade civil”. O poder é uma relação que deva ser modificada, não uma instituição que deve ser tomada.

O processo de superação da situação do povo marginalizado, oprimido e dominado concretiza-se no engajamento, numa prática que representa um exercício de conscientização, ação e organização de homens situados como classe subalterna da sociedade capitalista, assumindo um projeto novo, no qual seja reconhecido o homem como sujeito coletivo, decidindo o conteúdo e a prática de sua liberdade que se encontra na libertação social. Assim, o projeto de Nova Sociedade vai destruindo as formas de centralização e concentração do capital, do poder, do saber, do trabalho e da cultura.

O importante, (BALDISSERA.1987), como se pode observar junto às CEBs no processo de formação da Nova Sociedade, é a renovação do modo de pensar das pessoas, no sentido de uma abertura para compreender racionalmente, objetivamente, os acontecimentos, tanto pessoais como sociais.

No entanto, sabe-se que não é tão simples libertar-se dos vícios de dominação, introjetados nas mentes no decorrer da história, pela ideologia dominante, e assumir, sem risco de repetir os mecanismos de poder dominativo, a proposta da criação de uma sociedade igualitária, fraterna e justa, fundamentada na superação das relações opressoras, de uma nova concepção de mundo, de homem e de sociedade, gestando dessa maneira, uma nova realidade social.

No processo de construção da Nova Sociedade, em que as CEBs aprendem a realidade em que se inscrevem, em contínuas interações de forças que se somam e de forças que reagem a outras forças, elegem sua

ação como um procedimento de conquista, de liberdade, que se faz como exigência de elaboração de nova concepção de mundo e de sociedade.

Esse processo desenvolve-se a partir das novas relações de participação e de novos instrumentos de convivência que se expressam na prática das CEBs como ação da consciência crítica, unificada na ação sobre a realidade, assumida com autonomia, em constante transformação pelo exercício de seu saber, de seu fazer e de seu poder.

Sendo, portanto, o poder a capacidade que um grupo tem de modificar uma situação dada, seja pela coerção, seja pelo consenso, de trazer mudanças a outros grupos, está intimamente relacionado com o processo deliberativo. As decisões dirigem o poder, quer sejam providas da autoridade entendida como força moral que estimula os outros no sentido da transformação social e que está sempre a serviço dos outros e de sua libertação, quer da autoridade que o exerce pela manipulação e pela coerção.

Assim, a participação no poder significa co-responsabilidade, distribuição do poder com os outros, tanto na direção como no domínio da sociedade. A essa participação, como organização, pode-se chamar de “poder social” ou de “poder socializado”, visto que cada grupo ou classe o possui ou sofre impacto dele.(GRAMSCI,1978).

As CEBs parecem, pelo seu caráter orgânico em relação à Instituição/Igreja, constituídas de elementos das classes subalternas, trazer no seu bojo, em potência, a semente da transformação que, somada ao conjunto dos interesses das classes subalternas, se traduz no projeto da Nova Sociedade, podendo até mesmo, buscar maior participação no exercício do poder na própria Igreja/Instituição, através de sua prática, levando-a à superação de seu domínio cultural e ideológico.

Assim as CEBs participam do poder da Igreja/Instituição/Hierarquia na medida em que forem criativas e exercerem o poder de uma forma socializada, numa ação coletiva, organicamente vinculadas em seus movimentos populares. Contudo, parece que fica clara a exigência de um poder na sociedade, e também na Igreja, que poderia ser chamado de “poder socializado e socializante”, não centrado, numa pessoa, grupos ou instituições, mas na comunidade, o qual de fato representasse os interesses das classes subalternas e que pelo seu exercício fossem mostrados os rumos da Libertação.

Para isso, é preciso que se criem condições de participação de

todos no exercício do poder, desde a tomada de decisão, no planejamento da ação e na execução; que tudo fosse comunicado e discutido, a fim de que nenhuma posição se tomasse em desfavor do encaminhamento da “Nova Sociedade”. Um elemento fundamental para esse tipo de exercício de poder seria a elevação do nível de consciência dos membros das CEBs acerca de sua história, de sua situação de classe e das condições objetivas da superação da dominação-exploração em que vivem.

Parece já haver uma certa consciência das CEBs de que a Nova Sociedade só será alcançada através de uma ação coletiva e não individual de uma ação política. Se a libertação for uma ação individual, não haverá mudanças estruturais nas relações de poder. Para tanto, a contradição fundamental de classe não será superada pela inversão da estrutura social, isto é, uma simples troca de lugar das classes. A política da Nova Sociedade parece buscar acabar com as classes: um sistema sem classes.

A luta da construção da Nova Sociedade se apresenta como processo: é uma experiência comunitária do “ser” e do “fazer”, que leva a descobrir novos caminhos e a aumentar o seu poder, como um organismo novo e vivo dentro da própria Igreja/Instituição e, também, no conjunto da sociedade civil, um sujeito coletivo que interage com a realidade social em que vive. Por exemplo, conquista de terra não significa somente uma reivindicação econômica, mas uma nova experiência de organização comunitária, uma nova experiência de vida, uma nova forma de luta, um novo poder.

Os membros das CEBs sabem o que não querem, mas não sabem exatamente que tipo de sociedade querem. Isso provavelmente se explica pelo fato de, em primeiro lugar, a Nova Sociedade ser um processo que se vai fazendo sobre a velha. De dentro da velha, é que nasce a nova. Daí a ação, a prática da construção da Nova Sociedade estar mesclada de ambigüidades e de contradição, além da falta de elementos teóricos que lhe ofereçam melhores condições de análise da estrutura da atual sociedade, de compreensão das contradições inerentes à sociedade de classes e de um melhor encaminhamento do processo de libertação que pretende alcançar.

O que se percebe é que a Nova Sociedade está se fazendo, se construindo no interior mesmo da comunidade, através de práticas de participação na tomada de decisão, de apropriação do seu saber, celebrando a Palavra de Deus, do exercício da democracia onde o poder

de coordenação, de animação é distribuído entre os membros. Outras atividades comunitárias que se caracterizam pela responsabilidade e comprometimento de todos os membros na ação conjunta, são consideradas como sinais da Nova Sociedade pelo estilo do seu desempenho coletivo e, sobretudo, pelas novas relações que criam entre as pessoas: de comunhão, amizade e fraternidade.

Por outro lado, percebe-se que as CEBs ainda não têm claro um projeto histórico concreto de Sociedade. Esse projeto vai surgindo, vai se fazendo da aliança com os diversos movimentos sociais populares, da organização das classes subalternas e com seus intelectuais, em confronto com as classes que estão no poder, conquistando sua hegemonia na sociedade civil e política.

Por enquanto, as CEBs têm apenas o grande referencial, que é a idéia do Reino de Deus, trazido pela Nova Sociedade, vivendo a experiência dolorosa de estarem mergulhados numa sociedade que não desejam. De dentro dessa sociedade velha é que começam a construir a Nova Sociedade, na medida em que fazem o exercício da participação e distribuição do poder entre todos os membros da comunidade.

O poder no sentido evangélico, (BOFF,1984) significa serviço - "exousia" - quer dizer capacidade de fazer alguma coisa: poder fazer alguma coisa em favor do homem e pelo homem e não sobre o homem.

"Exousia" não pode ser compreendida como poder, domínio. Jesus, ao empregá-la, quis sublinhar a dimensão de entrega aos outros sem exercer o poder domínio/coerção.

O poder "serviço-participação"(BOFF.1981) na Igreja é um processo que se vai constituindo na medida em que os fiéis, sobretudo os inseridos nas CEBs, vão adquirindo consciência que ele não é situado na Instituição em si, como uma coisa a ser tomada, mas uma relação que deve ser modificada. Portanto, percebê-lo no contexto de relação entre hierarquia: papa, bispos, padres com a sua base, como uma direção dada, pois que o poder existe quando alguém o adquire e o exerce.

O poder tem existência garantida no momento em que uma pessoa ou grupo de pessoas o dirige para determinados fins: domínio/coerção/consenso sobre outros grupos. Se o poder na Igreja existe para o serviço, tem de ser dirigido para o serviço. O importante é ficar atento à direção que lhe é dada: se a favor da manutenção da dominação ou a favor do projeto de uma "nova concepção de mundo", da construção da "Nova

Sociedade”.

A participação no poder por parte das CEBs na Igreja/Instituição/Hierarquia se fará pela partilha voluntária do saber, pela tomada de decisão em conjunto, pela elevação da cultura dos membros das CEBs, pela sua prática da justiça e não pela subordinação do poder/saber dos agentes pastorais.

Assim, a participação das CEBs no poder da tomada de decisão e planejamento da ação pastoral e na realização dessa ação é a aprendizagem do “Homem Novo” capaz de construir a sociedade nova; da autonomia, da solidariedade, da corresponsabilidade, pois que a essência do poder é ação do homem como sujeito.

Para isso, o exercício do poder na Igreja/Instituição, deve ser um poder socializado, não centrado numa pessoa (Bispo, Padre), mas fruto de uma consciência eclesial coletiva. Quanto maior é o poder Social-Coletivo, tanto maior a obrigação de exercê-lo de modo responsável para o bem-comum da comunidade, como totalidade.

O poder, sob o ponto de vista cristão, é ação do Espírito Santo. Essa força, mostra-se na coragem diante do perigo, alegria em meio a tristeza, paz na perturbação. Dá “coragem de ser sujeito coletivo” na condução do processo da Libertação, conseqüentemente da construção do Reino de Deus, como uma realidade que é possível ser construída aqui: uma Nova Sociedade.

No entanto, para realizar-se a transformação social é necessário um novo exercício de poder político, uma forma de poder oposta a toda forma de poder colocada acima das massas. A necessidade dessa ruptura, dessa mudança das relações sociais de poder surge dentro das próprias contradições objetivas do capitalismo, contradições que se mostram cada vez mais agudas e mais presentes em toda dinâmica da vida social.

E na medida em que as CEBs, articuladas com outros movimentos sociais populares, tomarem consciência de que para destruir a raiz da dominação existente na sociedade, não basta reivindicar e buscar algumas melhorias, mas que é preciso transformar a estrutura de poder na sociedade global com uma efetiva prática política, vão superando a relação dominação/subordinação, fazendo a ruptura com a prática do poder dominação/coerção da sociedade civil e política.

Assim as CEBs, pelo seu modo comunitário de viverem a fé na sociedade civil, apresentam três funções básicas como sua contribuição

na construção da Nova Sociedade: pela sua prática pastoral, criticam, denunciam as razões da exploração-dominação do sistema capitalista; apresentam alguns instrumentos como sinais de superação da dominação; e orientam sua prática nessa direção.

Ainda ficam como questionamentos: como chegar à Nova Sociedade sem rupturas entre as diversas posições internas da Igreja? Como fazer a passagem de uma prática pastoral-religiosa elitista, individualista, para uma prática comunitária da fé?

Quando e em que momentos históricos é necessário fazer a passagem do imediato, do apenas reivindicativo para uma luta política? Como seriam as relações entre as classes na Nova Sociedade? Será que a socialização dos meios de produção e a superação da sociedade de classes são suficientes para o exercício do poder-serviço, participativo e socializado? Como superar a contradição interna da Igreja/Instituição, sendo, ao mesmo tempo, instrumento de dominação e libertação? As relações de poder que se exercem nas CEBs permitem o surgimento de uma nova forma de ser Igreja na Sociedade? O processo das relações de poder que se desenvolvem nas CEBs ajuda a massa popular a ser sujeito da transformação?

CONCLUSÃO

As CEBs aspiram construir, ainda que não o expressem nestes termos, a Sociedade Democrática, sem desigualdades sociais, sem exploradores e explorados, organizada a partir das classes subalternas, com socialização dos meios de produção. Essa sociedade deve estar baseada na fé, na liberdade, na justiça e na participação, onde as relações sejam fraternas, igualitárias e o poder seja social, coletivo e democrático.

Quando se fala em construir uma nova sociedade, um poder comunitário/participativo/social, pensa-se em caminhos, metas, estratégias, critérios que, em dada conjuntura sócio econômico-política, assume uma proposta de superação, projetando para o futuro, para o não existente, o que ainda não foi, não é. Esse movimento do não-existir é, ao mesmo tempo, recusa e realização. O projeto da “nova sociedade”, do “novo poder” retém e revela a realidade superada, recusada pelo movimento que o supera. A superação do “Velho” se dá na relação do existente com seus

possíveis, isto é, das condições necessárias à realização do projeto histórico.

BIBLIOGRAFIA

- BALDISSERA, Adelina. CEBs, Poder. Nova Sociedade. São Paulo. Ed. Paulinas, 1988.
- BOFF, Leonardo. Igreja, Carisma e Poder. Petrópolis. Vozes, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. Obras Escolhidas. São Paulo. Martins Pontes, 1978.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Ed Graal, 1982.
- BOFF, Clodovis. Fisionomia das Comunidades Eclesiais de Base. Tensão entre Igrejas ricas e pobres. Petrópolis-Ed. Vozes, 1981.
- BOFF, Clodovis. O evangelho do Poder-Serviço-Conferência dos Religiosos do Brasil. Rio de Janeiro, 1984.
- CNBB. Comunidades, Igreja na Base. São Paulo. Ed. Paulinas, 1977.
- DOCUMENTO DE MEDELLIN. São Paulo. Paulinas, 1977.
- DOCUMENTO DE PUEBLA. São Paulo. Ed. Paulinas, 1979.